

**IMPRESSÕES À LUZ DO DIA: LULISMO, CONFORMISMO E UM BREVE  
BALANÇO DE JUNHO AO GOLPE**Eduardo Rebuá<sup>1</sup>**Resumo**

O artigo analisa o lulismo e a hegemonia engendrada por este complexo, amplo e multifacetado pacto social, articulando sua radiografia com seus dois principais reveses: um molecular (as *Jornadas de Junho* de 2013) e outro célere (o Golpe parlamentar-jurídico-midiático de 2016). Tendo como lastro um robusto e atualizado referencial teórico-analítico, sobretudo com alicerces no materialismo histórico, e como costura categorias gramscianas como as de conformismo e hegemonia, almeja-se apresentar um quadro dinâmico e dialético dos eventos recentes ocorridos nos espaços do Estado Ampliado brasileiro, no esforço de compreender demandas societárias que hibridizam o novo e o velho, assim como alguns sujeitos e processos políticos e culturais de destaque hodiernamente.

**Palavras-chave:** Lulismo; *Junho*; Golpe; Conformismo; Hegemonia

**IMPRESIONES A LA LUZ DEL DÍA: LULISMO, CONFORMISMO Y UN CORTO BALANCE DE JUNIO AL ÉXITO****Resumen**

El artículo analiza el lulismo y la hegemonía engendrados por este pacto social complejo, amplio y multifacético, articulando su radiografía con sus dos principales reveses: uno molecular (las *Jornadas de junio* de 2013) y otro rápido (el golpe parlamentario-jurídico-mediático de 2016). Sobre la base de un marco teórico-analítico robusto y actualizado, sobre todo basado en el materialismo histórico, y como uniendo categorías Gramscianas como las de conformismo y hegemonía, el objetivo es presentar un cuadro dinámico y dialéctico de los hechos recientes ocurridos en el Estado Extendido brasileño. , en el esfuerzo por comprender las demandas de la sociedad que hibridan lo nuevo y lo viejo, así como algunos temas y procesos políticos y culturales de gran importancia en la actualidad.

**Palabras clave:** Lulismo; Junio; Sople; Conformidad; Hegemonía

**DAYLIGHT IMPRESSIONS: LULISM, CONFORMISM AND A SHORT JUNE BALANCE TO THE HIT  
Abstract**

The article analyzes the lulism and the hegemony engendered by this complex, broad and multifaceted social pact, articulating its radiography with its two main setbacks: a molecular (*June*: 2013) and a fast (the parliamentary-legal-media: 2016). With a robust and up-to-date theoretical-analytical framework, especially with a foundation in historical materialism, and as sewing gramscian categories such as conformism and hegemony, we aim to present a dynamic and dialectical landscape of the recent events occurring in the spaces of the Brazilian Expanded state, in the effort to understand societal demands that hybridize the new and the old, as well as some subjects and political and cultural processes that stand out today.

**Keywords:** 1. Lulism; 2. June; 3. Coup; 4. Conformity; 5. Hegemonia

<sup>1</sup> Professor Adjunto da UERJ [História]. Professor Adjunto Credenciado do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFF [PPGE]. Doutor em Educação pela UFF. Mestre em Educação pela UERJ. Bacharel e licenciado em História pela UFF. Pesquisador do NUIFE-UFF [Núcleo de Estudos e Pesquisas em Filosofia, Política e Educação]. Organizador e autor das obras “Gramsci nos Trópicos: estudos gramscianos a partir de olhares latino-americanos” (2014); “Educação e Filosofia da Práxis: reflexões de início de século” (2016), em parceria com Pedro Silva, e “Pensamento Social Brasileiro: matrizes nacionais-populares”, em parceria com Giovanni Semeraro, Martha D’Angelo e Rodrigo Gomes, (2017).

## Introdução

### Trailer e Thriller

Somos conformistas de algum conformismo, somos sempre homens-massa ou homens-coletivos.

O problema é o seguinte: qual é o tipo histórico de conformismo, de homem-massa do qual fazemos parte?

[Antonio Gramsci, *Caderno 11*, £12<sup>22</sup>]

Quem sabe lá no trópico a vida esteja a mil...  
[*Tudo outra vez*, Belchior]

Nos primeiros minutos de *Festim Diabólico* (1948), primeiro filme em cores de Alfred Hitchcock e baseado na peça de Patrick Hamilton, Brandon (John Dall) confessa para Philip (Farley Granger), seu cúmplice no assassinato que acabaram de cometer: “Podíamos ter feito com as cortinas abertas, em plena luz do sol. Não se pode ter tudo... E fizemos durante o dia”. A cena, talvez o assassinato mais rápido de Hollywood, serve-nos com uma poderosa imagem no esforço de radiografia dos sentidos políticos engendrados nos últimos quinze anos no Brasil, quando o lulismo foi capaz de elaborar uma pujante forma de hegemonia alicerçada num pacto social de longo alcance e na articulação das mais significativas frações burguesas do país, num manejo fino de domínio e direção.

Interessa-nos aqui analisar as duas grandes derrotas do lulismo - a molecular e a abrupta -, tendo como focos principais os dois eventos mais incisivos e emblemáticos dos últimos anos: *Junho* (2013) e o Golpe jurídico-midiático-parlamentar (2016). Se toda análise sobre o agora corre o enorme risco de obsolescência instantânea, da consideração natimorta, entendemos que é exatamente do risco que não se pode abrir mão, em tempos de situação demasiadamente crítica, quando a ausência de crítica, como asseverou Mann<sup>33</sup>, não pode nunca estar à sua altura.

Escrever estas linhas no início de 2017, a poucos meses do *nouveau coup* e em meio a siglas como PEC 241 e MP 746/2016 e reformas como as da previdência

---

<sup>2</sup> Gramsci, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Volume 1: Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 94.

<sup>3</sup> Mann, Thomas. *Doutor Fausto*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989. p. 325.

e a trabalhista, que sem maiores delongas assombram já em suas cenas iniciais, como *Festim Diabólico*, representa ao mesmo tempo uma defesa vigorosa da dúvida em tempos de incertezas e um convite (im)pertinente à reflexão crítica acerca do mal-estar da democracia no Brasil do século XXI. De forma clara e breve, não entendemos *Junho* como Vitória de Pirro<sup>4</sup>, tampouco o Golpe como resultado de um simples jogo de tensões exógenas e endógenas ao governo do PT, na figura da presidente reeleita Dilma Roussef. Da mesma forma percebemos como imprescindível a afirmação de que para nós os governos do PT (2003-2016) não foram pós-neoliberais, mas artífices de reconfigurações hegemônicas sob um duplo signo: o da positivação do popular e o da afirmação da hegemonia do capital, sobretudo através de um pragmatismo político poucas vezes observado na história brasileira, capaz de funcionalizar a pobreza, gerir a acumulação (promovendo crescimento econômico) e apassivar amplos setores populares combativos.

Junho e o Golpe materializaram, de formas distintas, um dos mais intransponíveis conformismos de nosso tempo, sobretudo no trópico-capitalista-periférico: o conformismo da luta democrática de rosto burguês como única saída possível para a crise, seja ela orgânica ou episódica. Em outras palavras, o usufruto, como defesa e ação, das saídas democráticas chanceladas como legítimas justamente pelos que mais rejeitam a democracia como forma de luta e modo de vida, nos termos de que se vale Rancière (2014). As respostas das elites políticas e econômicas à Junho e ao Golpe indicam pistas importantes sobre o que estamos afirmando. Em perspectiva gramsciana perguntamos: o que Junho e o Golpe têm/tinham de conservação (reação das elites ao subversivismo inorgânico dos setores populares) e de inovação (incorporação de parte das reivindicações dos subalternos)?

Defendemos que o lulismo foi capaz de empreender um movimento até então inédito na história brasileira: exercer uma “efetiva função hegemônica em face das massas populares” (Coutinho, 2007, p. 204), robustecendo o Estado, mas efetivando não uma ditadura sem hegemonia - quando uma parte das classes dominantes hegemoniza as outras frações dominantes e não toda a sociedade - mas uma hegemonia “nunca antes vista na história deste país”, capaz de conter os de baixo

---

<sup>4</sup> Expressão que designa – em âmbitos militares, políticos, econômicos, midiáticos - uma vitória duramente obtida, com prejuízos de grande alcance, indicando que vencer pode ter significado perder, sob outros prismas.

(com altos índices de popularidade), desenvolver a economia, distribuir renda, ampliar distintos acessos (à universidade, ao crédito, a novos nichos de consumo etc.) de setores populares, auferir lucros exorbitantes às diversas frações do capital nacional, conquistar destaque e prestígio internacional, desmobilizar os movimentos sociais – inclusive os mais combativos – com baixos níveis de conflitos sociais, sobretudo nos primeiros anos do governo de Lula da Silva.

Talvez nem Carlos Nelson Coutinho (2010) imaginara que a hegemonia da pequena política pudesse engendrar um ethos tão visível e com tamanha capacidade de aderência social, em grande medida a partir da chegada do Partido dos Trabalhadores à presidência da nação. O pragmatismo dos “possibilistas” do presente tem defendido que não há inocentes na guerra - existem outras metáforas neste sentido, de baixo calão -, ou seja, que é impossível ensaiar uma nova política, uma práxis efetivamente contra-hegemônica, pois há uma contaminação generalizada que exige concessões, trocas, metamorfoses, cooptações, prêmios. Na análise diagnóstica do lulismo encontraremos mais subsídios para afirmar isso e para caracterizarmos o período de forma mais substanciada teoricamente.

### **Melhor roteiro adaptado: o lulismo**

No prefácio de *Crítica à razão dualista/O Ornitorrinco*<sup>5</sup>, Roberto Schwarcz faz referência ao texto de alegoria animal de Francisco de Oliveira como o reconhecimento do “monstrengo social” (Oliveira, 2003, p. 12) que a sociedade brasileira, antes subdesenvolvida, se tornou. Como de praxe, no manejo preciso da dialética, Chico defende que atraso e modernidade não se antagonizam, mas se conjugam fazendo com que o catador de latinhas de refrigerante em meio ao trânsito de São Paulo não encarne a materialização do atraso, mas a presença pujante de formas de modernização perversas. Como um dos intelectuais mais sensíveis e visionários do marxismo brasileiro, Chico foi capaz de compreender o fenômeno Collor como ninguém e de apontar, dentre outras preciosas análises, o que a chegada do Partido dos Trabalhadores à presidência em 2003 (mesmo ano de publicação de *O Ornitorrinco*) trazia de velharia e de coisa nova.

---

<sup>5</sup> Oliveira, Francisco de. *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

Como explica o próprio Chico só podia resultar num ornitorrinco - animal que é meio mamífero, meio ave, meio qualquer outra coisa - uma sociedade e economia com impasses e combinações esdrúxulas como os do Brasil, ainda que algumas características que aponte na descrição do mamífero tupiniquim não sejam mais as mesmas de uma década atrás. Os problemas e os monstros do país em seu desenvolvimento histórico também estão subsumidos naquilo em que se transformou (ou se metamorfoseou!) o PT. Contudo, se todas as críticas ao “metamorfosismo” do PT e de Lula são importantes, não se pode acusá-los de uma mudança abrupta ou de ocultação do que efetivamente estava em jogo, como comprova o discurso de posse do presidente petista no Congresso<sup>6</sup>.

O lulismo atuou por mais de uma década, entre efeitos politicamente regressivos e progressivos, muitas vezes como um agente de contenção da luta de classes (em suas frentes mais quentes), numa metamorfose da metamorfose (do PT/lulismo e do próprio Lula). Um ex-partido de esquerda que se transforma paulatinamente numa empresa, capitaneado por um ex-operário conciliador chega ao Planalto sob um duplo apoio: dos antagonistas do velho ABCD paulista e dos setores populares, num expressivo resultado nas urnas; fundos públicos e empresas estatais loteadas entre a alta cúpula petista e dos partidos de sua coalizão, responsável por tocar as reformas que os oito anos de FHC não conseguiram concretizar, amealhando a maior popularidade de um presidente de que se tem notícia por aqui; uma burocracia capaz de promover um transformismo<sup>7</sup> em massa que se enraizou no Estado e nas empresas de uma forma singular, consolidando uma dominação a partir do controle da máquina estatal e da gestão do capital no país.

Obviamente, na década lulista houve também importantes avanços do/no campo popular, que em muitos casos sofreu um processo de “positivação” (Gajanigo, 2015, p. 1), significando que “a cabeça do povo já não estava tão baixa, (...) configurando um cenário de pequenos e inúmeros embates entre a postura aristocrática e a democrática”. Levantar a cabeça, como salienta o sociólogo, não significou algo possível apenas por conta das dinâmicas no âmbito da sociedade

---

<sup>6</sup> Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/brasil/ult96u44275.shtml> . Acesso em: jan. 2017.

<sup>7</sup> O transformismo é definido por Gramsci como a criação de uma “classe dirigente cada vez mais ampla (...), com a absorção gradual mas contínua, e obtida com métodos de variada eficácia, dos elementos ativos surgidos dos grupos aliados e mesmo dos adversários” (GRAMSCI, 2002, p. 63).

política, mas também devido ao acúmulo político de amplos setores sociais (movimento negro, movimento LGBTQTTT, movimentos da periferia, movimento dos sem-teto etc.). Queremos deixar claro que entendemos o lulismo como um período democrático, sem dúvida: o bom senso democrático que foi um dos nascedouros do PT como “partido ético” no início dos anos 1990 se tornou mais visível no lulismo, não apenas por ação do Partido dos Trabalhadores, mas de inúmeros outros sujeitos coletivos importantes da sociedade civil brasileira, cada vez mais ampliada e complexa, como atestam os centros de cultura, os fóruns de luta, os projetos de educação popular, os movimentos sociais combativos, dentre outros.

Na hegemonia construída pelo lulismo haviam forças internas, tais como setores da base – trabalhadores urbanos e do campo, intelectuais, juventude, - e da esquerda da legenda (correntes minoritárias), que tensionaram para que fosse ampliado o diálogo com distintos setores da sociedade civil, notadamente os movimentos sociais. Estes diálogos, se comparamos com todo o período anterior da Nova República (Sarney, Collor, Itamar e FHC), foi sim mais próximo, sobretudo pela ação (ainda que com menor ímpeto em relação ao período FHC, por exemplo) destes sujeitos do espectro da esquerda, como o MST, que se por um lado arrefeceu sensivelmente a quantidade de ocupações, marchas, ações massivas, por outro pôde efetivamente dilatar alguns de seus projetos políticos e sofrer menos retaliações/pressões por parte do governo federal.

Sendo capaz de absorver de maneira “transformística” forças sociais antagônicas no Estado, desarmando e desmobilizando os subalternos e os movimentos sociais (muitos que lhe deram e dão sustentação política e ideológica), o lulismo conseguiu diluir o ímpeto subversivo de amplos setores, gestado ao longo das décadas de 1970 e 1980, tornando-se expressão fisiológica, atenuadora dos conflitos de classe e gestora da questão social, com a pobreza sendo instrumentalizada. Como salientou de forma perspicaz Carlos Nelson Coutinho (2010, p. 42): “a chegada do PT ao governo federal em 2003, longe de contribuir para minar a hegemonia neoliberal, como muitos esperavam, reforçou-a de modo significativo”.

O termômetro desta desmobilização provocada pelo lulismo pode ser obtido observando o interesse dos eleitores nas últimas eleições (2014 e 2016), com

grande número de votos brancos, nulos e principalmente abstenções. O Corpo de Bombeiros lulista afastou a política dos embates hegemônicos (grande política), apagou incêndios da luta de classes aqui e acolá priorizando a política dos gabinetes, das barganhas, da governabilidade. De partido de massas que foi capaz de agregar em torno de si distintas forças sociais ao longo dos anos de 1970 e 1980, integrando como protagonista o processo de ampliação/complexificação da sociedade civil brasileira quando da saída do regime militar, o Partido dos Trabalhadores metamorfoseou-se ao longo da década seguinte, por razões endógenas e exógenas, forjando uma hegemonia da pequena política com fortes doses de “preocupação social”, empoderando os subalternos pelo consumo/crédito, expandindo sua base política para distintas frações da burguesia nacional, criando pseudo-tipologias classistas (“Classe C”) e retirando do horizonte a radicalização da democracia, as mudanças estruturais, minando a hegemonia dos de baixo através da fundação de um novo pacto social - conservador, é importante frisar – que não fora possível até então.

O pacto social lulista não amealhou amplas margens de consenso apenas por conta de bolsas e de crédito<sup>8</sup>: a democracia do período lulista, ainda que de baixa intensidade (Arantes, 2015, p. 5), foi possível exatamente pelo caráter heterogêneo das forças que deram sustentação à esta forma de hegemonia, possível porque compreendeu que toda consecução hegemônica deve manejar de forma fina elementos de conservação (reação das elites) e inovação (incorporação de demandas dos subalternos).

No processo “metamorfósico” do PT e de Lula é perceptível, desde o início da década de 2000, o afastamento cada vez maior do ex-sindicalista de seu partido, como pontua Oliveira (2010, p. 22). Lula e o lulismo têm como objetivo, já há algum tempo, a harmonização entre as classes, a busca de uma terceira via verde e amarela, capaz de apagar os incêndios da luta de classes onde eles existirem, garantindo às frações hegemônicas do capital condições de trabalho e à burocracia sindical-partidária fatias cada vez mais generosas do bolo, que cresceu e pôde ser

---

<sup>8</sup> Controle dos preços e aumento real do salário mínimo em 24,25% são alguns exemplos importantes. Singer chama de “tripé” o Bolsa Família, o salário mínimo e a expansão do crédito (op. cit., p. 93).

um pouco mais dividido. Ao derrotar o suposto representante das burguesias (o PSDB), encarnando o lugar de mediador da relação capital-trabalho, Lula e o lulismo esvaziaram sentidos e projetos contra-hegemônicos, conformando em torno de si tanto o apoio do precariado<sup>9</sup> quanto a adesão de distintas e fundamentais frações burguesas do país, assumindo a organização da sociedade civil (op. cit., p. 25), e, logo, conformando uma hegemonia complexa, vigorosa e inédita.

Mais uma vez frisamos que as origens da hegemonia lulista vão para além da origem do PT, remontando ao final da ditadura e à relação dos peões do ABCD paulista com a “aristocracia sindical” de São Bernardo, gênese fundamental desta nova forma de dominação social, alicerçada nas duas formas de consentimento distintas, porém complementares: o consentimento ativo e o consentimento passivo (Braga, 2012, p. 181). O primeiro é o consentimento das direções sindicais (atraídas por posições no Estado e pelas voluptuosas vantagens políticas e materiais proporcionadas pelo controle/gestão dos fundos públicos); o segundo é o dos subalternos (seduzidos pelas políticas públicas redistributivas e pelos parques ganhos salariais provenientes do crescimento da economia).

### **O protagonista hesitante: Junho e seus sujeitos**

Na construção hegemônica do lulismo – assim como de qualquer hegemonia – não há uma dominação/direção integrais, estáveis, inquestionáveis. A última eleição presidencial (2014) indicou isto de forma explícita: os limites materiais e ideológicos do lulismo na consecução/conformação de um novo pacto social no país, capaz de harmonizar demandas das classes populares e garantir a supremacia das elites. Já no primeiro mandato de Dilma Roussef, em grande parte devido à saída do condottiere Lula, esboçava-se as limitações da hegemonia lulista, sendo os eventos de Junho (2013) a materialização disso<sup>10</sup>. Não apenas setores/sujeitos

---

<sup>9</sup> Fração proletária precarizada em condições sociais capitalistas periféricas.

<sup>10</sup> Os dados de Singer (2013) são fundamentais para uma compreensão mais detalhada dos perfis dos sujeitos de Junho. Numa síntese aproximada, temos: Média de Idade dos Manifestantes: jovens - 12 a 25 anos (49%); idade intermediária - 26 a 39 anos (34%); mais velhos - acima de 35 anos (17%); comparados São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e mais oito capitais, de 17 a 22/06. Média de Escolaridade: mais baixa - fundamental e /ou médio incompleto (6%); intermediária – médio, médio completo e superior incompleto (35%); alta – superior (60%), comparados São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e mais oito capitais, de 17 a 22/06. Renda Familiar Mensal: mais baixa – até 2 salários mínimos (23%); intermediária 1 – de 2 a 5 salários mínimos (40%);



conservadores, notadamente da “classe média tradicional” (Singer, 2013), estiveram em massa nas ruas de todo o país, mas também e, sobretudo, o precariado urbano e a juventude nascida nos anos 1990 e amadurecida nos Anos Petistas, seja no Norte/Nordeste ou no Sul/Sudeste. A “tríade infernal” (Braga, 2015, p. 3) para os trabalhadores - precarização/endividamento/desemprego - tornou-se triste realidade no país que completava uma década de lulismo/petismo.

Empoderados pelo consumo e pelas seduções da suposta nova classe (“Classe C”), espremidos entre o nunca antes na história deste país e a negação cotidiana da cidadania, entre o consenso e a indignação, aquele agente novo-velho adiantou em um ano e meio o que seriam as eleições de 2014: a explicitação dos limites do lulismo enquanto conciliador de classes e promotor do desenvolvimento econômico-social da nação. Uma forma de hegemonia “ornitorrínica”, forjada e conduzida por aqueles que estiveram nas portas de fábrica e nos assentamentos, desde os anos 1970/1980, em aliança com frações robustas da burguesia nacional, num processo de taxidermia política que empalhou na imagem de um ex-torneiro mecânico e sindicalista - de terno-e-gravata e de um partido popular que se acostumou com os gabinetes e condicionadores de ar ao invés das ruas - a face mais recente e talvez mais perversa da luta de classes no Brasil, quando amplos setores populares combativos se apresentam para o trabalho sujo de garantia da hegemonia dos de cima através do apassivamento com concessões dos de baixo.

Junho e as eleições de 2014 indicaram explicitamente os limites do PT e do lulismo e seu pacto social de longo alcance e de baixa intensidade, seus papéis de amortecedores da luta de classes via inversão hegemônica, com os de baixo dirigindo moralmente a sociedade e garantindo o domínio dos de cima, tendo como chão fundamental as duas formas de consentimento, passiva e ativa. Como indica o Golpe perpetrado à luz do dia em 2016, o PT e o lulismo cumpriram seu papel de contenção dos embates entre subalternos e classes dominantes, o que não significa que devam ser descartados ou que não desempenhem mais funções políticas e organizativas. Foram metamorfoseados pelas dinâmicas hegemônicas, de fora para

---

intermediária 2 – de 5 a 10 salários mínimos (17%); alta – mais de 10 salários mínimos (18%), esta sem incluir São Paulo, indo de 20 a 22/06. Localização dos Manifestantes no Espectro Ideológico: esquerda (22%); centro-esquerda (14%); centro (31%); centro-direita (11%); direita (10%); não sabe (13%), em São Paulo, na data de 20/06.

dentro, ao mesmo tempo em que, dialeticamente, se metamorfoseavam de dentro para fora num processo amplo de transformismo, regressão política, despolitização/funcionalização da pobreza, desmobilização de amplos setores sociais, legitimação da pequena política. Mas no meio do caminho tinha uma pedregulho: os limites de um pacto social conservador num país ornitórrinicamente desigual, com uma massa precariada cada vez mais consumidora e cada vez menos cidadã, e a permanência de importantes movimentos sociais na luta.

Novamente Gramsci nos ajuda a radiografar dinâmicas políticas hodiernas. Empoderando os subalternos pelo consumo/crédito e favorecendo a sublimação das clivagens classistas e a funcionalização das questões sociais, o lulismo pode ser entendido – em nossa forma particular de enxergar – como um “projeto de catarse<sup>11</sup> que não foi”: não houve passagem do momento meramente econômico ou egoístico passional ao momento ético-político, a famosa passagem do objetivo ao subjetivo, da necessidade à liberdade, do particular ao universal, como asseverou o comunista da Sardenha nos Cadernos (Gramsci, 2006, p. 314). Ao invés do “momento ‘catártico’”, ponto de partida de toda a filosofia da práxis para Gramsci, o lulismo (que permitiu a diversos sujeitos e organizações sociais vislumbrarem em 2002 alterações estruturais no país), empacou no atendimento à dimensão econômica da vida social, distribuindo renda para os mais pobres e facilitando o acesso ao crédito (ações também sob demanda do capital em suas mais variadas formas), mas engrossando a massa precariada, desmobilizando as organizações classistas e os movimentos sociais, tornando as questões de fundo em meras resoluções administrativas.

Obviamente, em relação ao “projeto de catarse que não foi”, não estamos falando de um projeto específico do Partido dos Trabalhadores ou do lulismo, mas daquilo que grande parte das forças sociais progressistas, dos movimentos sociais combativos, dos partidos de esquerda esperavam do PT e de Lula quando da eleição presidencial de 2002, mesmo sabendo que ambos já não eram nem de esquerda, nem combativos como haviam sido no passado. Um projeto de catarse

---

<sup>11</sup> De acordo com Coutinho (2011, p. 122), a peculiar concepção de catarse ocupa lugar de destaque na ontologia gramsciana do ser social: o conceito representa outro exemplo de uma atualização/ampliação do revolucionário italiano sobre conceitos/categorias já existentes, como o fez em relação ao Partido, ao Estado, aos intelectuais etc.

seria então a expectativa de uma elevação ético-política, de um aprofundamento da democracia e de radicalização da política (em seu sentido amplo: catarse), sobretudo a partir da dialética sociedade civil-Estado que estava posta naquela conjuntura, das possibilidades reais de avanço das pautas dos subalternos (fortalecendo sua consciência coletiva) naquela correlação de forças e de disputas dentro do bloco histórico capitaneado pelo PT, naquele contexto. O PT - e mais recentemente o lulismo - esteve, já desde o início dos anos 1990, muito longe de promover a “catarse revolucionária para os grupos subalternos” (Coutinho, 2011a, p. 123). O lulismo, como afirma Singer, foi capaz de produzir em larga escala contradições explícitas, que dificultam um diagnóstico seguro sobre o que representou este fenômeno. Dentre elas o cientista social aponta as mais incisivas:

Reindustrialização com oposição dos industriais, assalariamento precário com acesso à universidade, ampliação do crédito educacional com crescimento do ensino superior privado, walmartização do trabalho com internacionalização dos sindicatos, agroecologia com agronegócio, autonomização dos mais pobres com passividade assistencialista, emancipação cultural com empreendedorismo, esperança de inclusão com rebaixamento das expectativas (SINGER, 2016a, p. 13).

Os eventos de Junho explicitaram de forma didática quão alto é o preço do não empoderamento das classes populares via organização política, do não fortalecimento dos aparelhos privados de hegemonia dos subalternos (com destaque para os meios de comunicação), da não radicalização da democracia. O passo seguinte para quem passou mais de uma década com políticas de transferência de renda e crédito facilitado, com baixíssimos índices de garantias cidadãs<sup>12</sup>, é exigir mais bolsas, mais crédito e obviamente os direitos que não vieram no pacote. Em Junho tivemos um número massivo de membros do precariado brasileiro se mobilizando, movimentação que traduziu-se, em muitos pontos do país, numa campanha vigorosa anti PT, com Aécio Neves sendo o mais votado no 2º turno das eleições presidenciais de 2014 em cidades do ABC (a maior vitória do tucano na Grande São Paulo foi em São Caetano do Sul), berço petista, assim como em Itaquera, Capão Redondo etc., ou seja, na maior periferia do país.

Junho nasce do acumulado de tensões e de problemas estruturais não resolvidos, notadamente as questões urbanas do transporte e da moradia, direitos

---

<sup>12</sup> Ações estruturais como em educação, transportes, saúde, previdência, segurança, habitação etc.

profundamente financeirizados e sob o controle de poucas mãos ou bolsos. Os conflitos socioambientais e trabalhistas relacionados à construção/operação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (iniciada em 2010), no Pará, e da Usina de Jirau (inaugurada em 2012), em Rondônia; o Massacre de Pinheirinho, em São José dos Campos (SP) no ano de 2012, que chocou o país ao aparecer nos noticiários televisivos a expulsão dos moradores daquele bairro, sob forte aparato policial e colossal violência; a escalada de greves durante o primeiro mandato de Dilma; as várias mobilizações, sobretudo nas capitais, contra os valores das passagens (numa crescente até 2013); os conflitos no campo, com o congelamento da reforma agrária e da redistribuição de terras, além do apassivamento do MST, fazendo com que os camponeses se tornassem a classe mais desfavorecida no período Lula/Dilma. Vale ressaltar que 2012 foi o ano com o maior número de greves desde 1997 (873 greves)<sup>13</sup>. Em 2013 o número chegou a 2.050 greves<sup>14</sup>.

Sem dúvida Junho permanece como um processo em aberto, no sentido benjaminiano da abertura da História/passado (Löwy, 2005, p. 157-158). Aberto porque enigmático sob diversos aspectos e ainda em disputa no presente mutilado e multifacetado. Nem a intelectualidade de esquerda, nem a de direita, tampouco os analistas dos mass media e da academia parecem ter plena clareza do que significaram as Jornadas, que mudam de feição a cada novo evento político ocorrido no país desde então. Talvez os dois maiores pontos de contato entre as múltiplas leituras seja a de que 2013 colocou na rua, sob diferentes vozes, uma vigorosa (i) defesa dos direitos sociais – os mais adiados/usurpados historicamente (Coutinho, 2000) - expressa na maiúscula insatisfação com os investimentos públicos em transporte, educação e saúde; e a (ii) crítica (heterogênea, seletiva, tendencialmente de matiz conservador e sob forte influência da conjuntura) da corrupção da/na sociedade política. Se o espectro de Junho ainda existe para ser psicografado e/ou exorcizado teórica e socialmente, não restam dúvidas de que ali se deu um ponto de virada importante no que Braga (2015) chama de fim da pacificação social que

---

<sup>13</sup> Dados disponíveis em:  
<http://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2012/estPesq66balancogreves2012.pdf> . Acesso em:  
nov. 2016.

<sup>14</sup> Dados disponíveis em:  
<http://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2013/estPesq79balancogreves2013.pdf> . Acesso em:  
nov. 2016.

caracterizou os governos de Lula (2003-2010). Os episódios daquele mês demarcaram politicamente a crise do pacto social lulista, que não foi completamente extinto, mesmo com o final do ciclo petista na presidência<sup>15</sup>.

A fragilidade do pacto social lulista nestes anos dez tornou-se concreta com os episódios de 2013, sendo Junho seu ápice inesperado, em meio aos efeitos da voraz crise econômica, externa e interna. Além disso, as Jornadas trouxeram as pessoas para as ruas (a despeito do enorme espontaneísmo), algo que parecia em estado de letargia nos anos Lula/Dilma. As contradições inegáveis do lulismo apontadas por muitos analistas ganharam contornos mais evidentes naqueles dias de 2013, quando parecia nítido que o Brasil, mesmo tendo melhorado, permanecia muito mal (Singer, 2016a, p. 19). Mais de 2 milhões de pessoas mobilizando cerca de 400 cidades tornavam obsoletas notícias jornalísticas e resenhas de especialistas produzidas no início de cada dia. Para além de sua heterogeneidade, Junho deixou como legado pautas importantes, para além da reivindicação de direitos sociais: o repúdio à violência policial<sup>16</sup> contra manifestantes, favelados, negros e jovens, e a crítica desconfiada das informações produzidas pela grande mídia (Badaró, 2015) são exemplos significativos e ainda presentes na memória de quem esteve lá.

Infelizmente, dos elementos trazidos por Junho, apontados por nós anteriormente ao falarmos dos pontos de convergência entre as análises, o segundo elemento assumiu maior centralidade nos eventos que sucederam as Jornadas. A eleição do congresso nacional mais conservador desde 1964, bem como a tônica da corrida presidencial entre Dilma e Aécio, tiveram na pauta “corrupção” – que não é de esquerda, de direita ou de centro (Singer, 2016b, p. 155) - seu sustentáculo mais explícito. O novo ciclo de lutas aberto por Junho foi capitaneado - socialmente, politicamente, juridicamente e midiaticamente - pelos setores mais conservadores do país, num movimento que tem sido chamado por muitos intelectuais de onda conservadora (Demier; Hoeveler, 2016). De todos os saldos deixados pelo lulismo, talvez a despolitização - que citamos há algumas páginas - seja a mais nociva em larga escala e, logo, a mais visível nos dias do presente, quando temos a vitória nas

---

<sup>15</sup> Vale assinalar a preocupação do governo de Michel Temer (2016) com a continuação de programas sociais como o Bolsa Família e com a manutenção, ainda que precária e limitada, de programas como o FIES e o ProUni.

<sup>16</sup> Com a repressão ao MPL (Movimento Passe Livre) em São Paulo sendo um marco zero daqueles episódios de 2013.

eleições municipais do milionário televisivo João Doria Júnior (PSDB), em São Paulo, e do bispo constrangido Marcelo Crivella (PR), no Rio de Janeiro, para citarmos apenas os nomes mais emblemáticos e as duas principais cidades do país. Junho como sintoma da crise do lulismo (Boulos, 2016a, p. 30) e como alarme (Badaró, op. cit.) soado pelas classes populares<sup>17</sup>, ainda permanece como enigma no cenário político do país.

Está mais claro do que nunca que uma nova era de pilhagem e/ou acumulação por espoliação (Braga, 2016) dos direitos sociais e trabalhistas teve início no pós-Junho, quando frações fundamentais da hegemonia burguesa no Brasil passaram a reelaborar estratégias de direção e domínio, com um peso decisivo em relação a este último. Em outras palavras, num contexto de crise orgânica - no sentido gramsciano de ruptura entre representantes e representados -, ou seja, de avanço da força e recuo do consenso, ficam mais nítidas as dinâmicas da luta de classes e o caráter autoritário da dinâmica capitalista. Os limites da democracia blindada (Demier, 2016, p. 53) no país seriam apresentados de forma quase didática nos eventos ocorridos no Paraná em 2015, quando o governo de Beto Richa (PSDB) cortou R\$ 400 milhões do orçamento anual da educação, provocando massivas mobilizações docentes, respondidas com níveis altíssimos de violência. Hoje este mesmo estado tem liderado nacionalmente os movimentos de ocupação de escolas públicas, sob forte protagonismo dos secundaristas, frente de 850 ocupações (Bava, 2016, p. 3). O saque do/no Paraná assumiu um lugar de ensaio para esta nova era da espoliação, muito mais veloz do que foram aquelas da década neoliberal, nos anos 1990.

Concordamos com Gajanigo (2016) no entendimento de que Junho permanece como enigma porque ainda segue sendo interpretado/significado por nós, representando quase um ponto cego ideológico. A dificuldade de se compreender as Jornadas mantém uma relação direta de proporcionalidade com a duração, ou seja, com o avançar do tempo. A escalada do conservadorismo de forma sensível, tanto nos distintos espaços da sociedade civil (famílias, meios de comunicação, igrejas, universidades, partidos etc.), quanto nos espaços legislativos/judiciários (as derrotas

---

<sup>17</sup> Que chamou a atenção das elites para a (im)possibilidade do petismo/lulismo como método de apassivamento social e modo de governo.

traduzidas na aprovação da PL 4330/2004<sup>18</sup> e da PEC 171/1993<sup>19</sup>, ambas em 2015, são exemplos contundentes), ou seja, da sociedade política, indicam que a temperatura da luta social no país tem aumentado consideravelmente desde 2013. O acúmulo de força dos setores conservadores ganhou novo ímpeto em 2014, quando as eleições mostraram que a margem entre situação e oposição era mais estreita do que se imaginava. Este foi o ano da deflagração da Operação Lava-Jato, que investiga o esquema de desvios de recursos da Petrobras, capitaneados por políticos, partidos, doleiros e empreiteiras.

Se no primeiro mandato de Lula a grande “bomba” política fora o escândalo de Mensalão – esquema de compra de votos de parlamentares descoberto em 2005 -, no final do primeiro mandato de Rousef seria a Lava-Jato a principal pauta política do país, acumulando mais de 30 fases desde seu início. Numa frente ampla de instâncias jurídico-coercitivas (Ministério Público Federal, Polícia Federal, Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Procuradoria-Geral da República), a operação tem se desenvolvido de forma incisiva, seletiva e com forte apelo midiático, assumindo diuturnamente feições de espetáculo, com especial destaque para o ano de 2016, quando governo Dilma - profundamente desgastado com a ofensiva quadripartite “rua<sup>20</sup>-parlamento-judiciário-mídia” - teve seu fim precoce, garantido pelo golpe soft de agosto, também num dia 31, como em 1964.

### **O curta-metragem que não deu origem à série: o Golpe**

Na análise de Americanismo e conformismo, de Gramsci, Manacorda (2008, se utiliza, respectivamente, dos termos industrialismo e antiespontaneísmo, um binômio técnica-moral que daria conta da dialética domínio/direção, ao tratar da

---

<sup>18</sup> Projeto de Lei que autoriza a terceirização da atividade-fim, estendendo a regra para empresas públicas. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=267841> . Acesso em: nov. 2016.

<sup>19</sup> Proposta de Emenda Constitucional que aprova a redução da maioria penal de 18 para 16 anos. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=14493> . Acesso em: nov. 2016.

<sup>20</sup> As manifestações de 2015 tinham uma nova feição, distinta da que predominou em Junho: população adulta, branca, de setores médios. As pautas das Jornadas também saíram de cena, com exceção da indignação seletiva contra a corrupção. elementos presentes na cultura política nacional, como o toma-la-dá-cá, o autofavorecimento, o lobby, o caciquismo, o fisiologismo, o patrimonialismo, a despolitização.

hegemonia estadunidense. Em Gramsci conformismo também significa socialidade (Ibidem, p. 301), bem como direção (Ibidem, p. 299). O analista italiano, que foi um dos mais capazes no esforço de cifrar os escritos gramscianos, é enfático ao sinalizar que o conformismo corresponde, ao mesmo tempo, a uma relação educativa entre a classe hegemônica e as classes subalternas, e ao objetivo (buscado) + resultado (obtido) do processo de conformação do indivíduo à sociedade.

A partir do conceito de conformismo em Gramsci, defendemos que a “engenharia social” (Arantes, 2016, p. 7) chamada lulismo – obviamente hibridizado com alguns ethos exógenos ao PT – elevou a um novo patamar um tipo de socialidade que ganhou corpo nos últimos quinze anos e da qual fazemos parte, invariavelmente, como asseverou o próprio Gramsci nos Cadernos (2006, p. 94). Trata-se do que chamamos aqui de “conformismo pragmático” ou “conformismo da pequena política”, em alusão à preciosa categoria elaborada por Carlos Nelson Coutinho que citamos no começo deste artigo. Da metamorfose orgânica do PT, capaz de carregar consigo amplos setores combativos da sociedade civil brasileira, notadamente aqueles vinculados às classes populares, ganhou corpo uma forma velha-nova de fazer, pensar e reproduzir a política, que se valeu de “pragmatismo com dor na consciência”, uma forma nova de articular interesses privados e públicos, garantindo vitórias para todos os lados da luta de classes (Boulos; Guimarães; 2016, p. 141), desaquecendo-a. Nos setores subalternos ganhou corpo em progressão geométrica o que chamamos anteriormente de pragmatismo despolitizado, que virou-se contra os projetos lulo-petistas nos últimos anos, como comprovam o próprio Golpe (“tem que tirar todos os petralhas do governo”) e as eleições municipais de 2016 (PT = Lava-Jato).

Se Junho teve muitos elementos da primeira cena de Festim Diabólico (poder fazer à luz do dia o que já estava presente nos sujeitos e em suas relações, de forma pouco pública), onde o transbordo é impulsionado de forma incontrolável pelo imperativo do instante, também podemos dizer que o Golpe de 2016 – parlamentar, jurídico, midiático, político, empresarial – liderado por Michel Temer (PMDB), ex-vice de Dilma, e seu círculo de conspiradores (com destaque para o deputado Eduardo Cunha, do PMDB, inimigo incontestado do governo), também encarna elementos



hitchcockianos, ao trazer à tona um crime destituído de ilegalidade, limpo no próprio ato, um assassinato que irrompe vista de todos e sob explícitas doses de triunfalismo, aquelas que emergem quanto tudo sai perfeitamente de acordo com o combinado. Se em *Rope*, Rupert Cadell (James Stewart) estraga os planos de Brandon e Phillip, sobretudo por conhecer aquela gramática mórbida exibida pelo primeiro como um troféu à espera de reconhecimento, por aqui o que a conjuntura tem apresentado é uma sequência assustadora de trapalhadas e desconfortos do governo ilegítimo.

Desde o vazamento do “WhatsApp ao Povo Brasileiro”<sup>21</sup> (quando Temer antes da votação no Congresso falava a seus correligionários como presidente empossado), a folclórica votação do impeachment na Câmara dos Deputados<sup>22</sup> (17/04/2016), capitaneada pela fortíssima “Bancada BBB” (Bíblia, Bala e Boi) e com estética de programa de humor, até a recepção do ator Alexandre Frota<sup>23</sup> (junto ao ex-pastor Marcello, fundador do grupo Revoltados Online<sup>24</sup>) –a fim de ouvir suas sugestões para melhorar o ensino no país - pelo ministro da Educação, Mendonça Filho (DEM). Importante citar também a extinção do Ministério da Cultura<sup>25</sup> em maio daquele ano (depois recriado), além da ausência do presidente na cerimônia de encerramento das Olimpíadas (21/08/2016), após as rotundas vaias na abertura do evento<sup>26</sup> (05/08/2016). Em fins de 2016, para além da revelação do cheque de 1 milhão de reais da empreiteira Andrade Guterrez, investigada na Lava-Jato, para o Diretório Nacional do PMDB, destinada à campanha de Temer em 2014, assistiu-se ao escândalo envolvendo a demissão do então ministro da Cultura, Marcelo

---

<sup>21</sup> Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1759725-temer-divulga-audio-em-que-fala-como-se-impeachment-estivesse-aprovado.shtml> . Acesso em: nov. 2016.

<sup>22</sup> Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/politica/camara-aprova-abertura-de-impeachment-de-dilma> . Acesso em: nov. 2016.

<sup>23</sup> Disponível em: <http://educacao.uol.com.br/noticias/2016/05/25/mendonca-filho-recebe-propostas-de-alexandre-frota-para-educacao.htm> . Acesso em: nov. 2016.

<sup>24</sup> Criado no Facebook por Reis e recentemente excluído pela empresa, por conta de ofensas. O grupo ganhou destaque nos últimos meses ao defender o impeachment e atacar Lula, o PT e outros.

<sup>25</sup> Disponível em: [http://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/18/cultura/1463572331\\_767818.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/18/cultura/1463572331_767818.html) . Acesso em: nov. 2016.

<sup>26</sup> Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/olimpiadas/rio2016/noticia/2016/08/temer-e-vaiado-durante-abertura-da-olimpiada-no-rio.html> . Acesso em: nov. 2016.

Calero<sup>27</sup>, depois de pressões do ministro Geddel Viera Lima (do PMDB e braço-direito de Temer), da Secretaria de Governo, a fim de que interesses imobiliários seus em Salvador não fossem atrapalhados por ações do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

É fundamental ressaltar ainda, fazendo um breve recuo no tempo, o escárnio da movimentação do Congresso, exatos dois dias após o impeachment da presidenta (02/09/2016), ao transformar as chamadas “pedaladas fiscais” em lei, ou seja, a abertura de créditos suplementares sem necessidade de autorização do Congresso tornou-se procedimento permitido pelo governo federal. Sobre o absurdo colossal, disse o professor de Direito da UERJ, Ricardo Lodi, que fez parte da defesa de Dilma no processo de impeachment, afirmou: “(...) até ontem consideravam crime, hoje é uma conduta admitida. (...) A conduta não era ilícita antes e nem seria depois. Só foi considerada crime para a aprovação do impeachment. Não tiveram nem o pudor de disfarçar”<sup>28</sup>.

O golpe farsesco que não admite a alcunha nutre em relação ao movimento de 1964 um elemento importante, apontado por Löwy (2016, p. 66): a repulsa à democracia e à vontade popular, como defende Rancière (2014) ao radiografar a democracia nos tempos hodiernos. Há um movimento visível de fazer com as próprias mãos presente na dinâmica que antecedeu o Golpe em Dilma, explicitando que para a burguesia nacional, mesmo a guinada à direita de Rouseff (encaminhamentos das reformas da previdência e fiscal, recuos em relação ao Pré-Sal, aprovação da lei antiterrorismo etc.) foi insuficiente. Querem muito mais, como apontam Boulos; Guimarães (2016, p. 139-140): “querem aplicar um programa que o governo Dilma não teria condições de fazer, um programa que jamais passaria pelo crivo das urnas e, por isso, só poderia tornar-se viável por um atalho golpista”. Assim, o governo usurpador de Temer já representa uma ameaça com potencialidade de ineditismo em termos agressividade, uma vez que não tem a quem prestar contas (Ibidem, p. 142): não ganhou nas urnas, não almeja a

---

<sup>27</sup> Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/11/1833696-fora-do-governo-calero-acusa-geddel-de-pressiona-lo-para-liberar-obra.shtml> . Acesso em: nov. 2016.

<sup>28</sup> Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/11/1833696-fora-do-governo-calero-acusa-geddel-de-pressiona-lo-para-liberar-obra.shtml> . Acesso em: nov. 2016.

continuidade e sabe que sua rejeição é imensa. Um presidente que não sai às ruas e que zomba das ocupações massivas de secundaristas em todo o país<sup>29</sup>. As contrarreformas no/do Estado – muita já ensaiadas nos governos de Dilma - encontram no governo ilegítimo a mais bem acabada arma contra os direitos dos trabalhadores e contra as duras conquistas amealhadas desde o final da ditadura civil-militar, sobretudo após 1988.

O golpe legal perpetrado à luz do dia e alicerçado numa arquitetura jurídica frágil e oportunista<sup>30</sup>, evidenciou o esgotamento do lulismo, que cumprira seu papel de contenção dos embates entre subalternos e classes dominantes. Se foi resultado de uma situação econômica internacional favorável até pelo menos 2008, o lulismo a partir do final do segundo governo Lula indicava sinais de desgaste e confirmava cotidianamente o transformismo lulo-petista, capaz de articular de forma fina o par conservação-inovação, dupla (apresentada como questão no início deste artigo) que também esteve presente nos processos de Junho e do Golpe: a reação das elites ao subversivismo inorgânico dos setores populares (como comprovam a repressão ao subversivismo das Jornadas, sobretudo em seu início, e o encaminhamento blitzkrieg do Golpe à la Honduras e Paraguai) e a incorporação de parte das reivindicações dos subalternos (materializada na proposição do governo Dilma dos 5 pactos<sup>31</sup> e de um plebiscito para constituinte da reforma política, em 24/06/2013, assim como na bandeira anticorrupção empunhada pelos setores golpistas às vésperas e ao longo da deposição da presidenta).

Segundo Singer (2016b, p. 154), nos últimos anos a burguesia se unificou e se politizou mais que os trabalhadores, durante a crise do lulismo: “a partir de 2013, o capital cerrou fileiras em torno de uma plataforma de forte impregnação neoliberal.

---

<sup>29</sup> Disponível em:

<http://www.jb.com.br/pais/noticias/2016/09/02/apos-impeachment-senado-transforma-pedaladas-fiscais-em-lei/>. Acesso em: nov. 2016.

<sup>30</sup> 30As vociferações e o desequilíbrio da advogada Janaína Paschoal – uma das autoras do processo de impeachment, junto aos juristas Miguel Real Júnior e Hélio Bicudo - ao longo de todo o processo, sobretudo com o choro, pela citação de Deus e pelo pedido de desculpas à Dilma por ter causado sofrimento), são cenas indelévels do processo de consumação do Golpe. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,janaina-paschoal-chora-e-pede-desculpas-a-dilma-por-ter-causado-sofrimento,10000072903>. Acesso em: nov. 2016.

<sup>31</sup> Responsabilidade fiscal e controle da inflação; Plebiscito para formação de uma constituinte sobre reforma política; Saúde; Educação e Transportes. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/06/dilma-propoe-5-pactos-e-plebiscito-para-constituente-da-reforma-politica.html>. Acesso em: nov. 2016.

O documento peemedebista *Uma ponte para o futuro*<sup>32</sup> (lançado em 29/10/2015) é a mais bem acabada plataforma das contrarreformas neoliberais do Estado que as elites nacionais desejam implementar, principalmente agora com o governo ilegítimo. A dissolução de direitos sociais, trabalhistas, previdenciários, com a redução do Estado em áreas estratégicas, além do congelamento de investimentos públicos em saúde, educação etc. – como materializado na PEC 55, ex-PEC 241<sup>33</sup>, são explícitos no documento e com enorme celeridade encaminhados para aprovação no Congresso.

Todavia, os primeiros seis meses de governo Temer (quando seis ministros caíram) tiveram que conviver com uma “novidade” que tem ganhado novo ímpeto no país: as ocupações de secundaristas e depois de universitários, em distintas regiões e instituições. A primavera secundarista<sup>34</sup>, como apontam alguns analistas, nos parece a dinâmica mais pujante (e intrigante), uma vez que se trata de setores que se autopolitizaram durante o lulismo (Singer, *Ibidem*) e que têm se mobilizado com um baixo apoio dos docentes (em relação ao que ocorre nas universidades públicas), em número pequeno nas mais de mil ocupações, impelindo até a grande mídia a inserir nas pautas jornalísticas suas reivindicações. Tudo indica – nesta conjuntura complexa, tensa e prenhe de reviravoltas - que precisaremos todos voltar à escola, a fim de calibrar a bússola das lutas sociais no Brasil desta época.

## Referências

ARANTES, Paulo. A fórmula mágica da paz social se esgotou. *Correio da Cidadania*, 2015. Disponível em: [http://www.correiodacidade.com.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=10949:manchete150715&catid=72:imagens-rolantes](http://www.correiodacidade.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=10949:manchete150715&catid=72:imagens-rolantes) . Acesso em: jan. 2015.

\_\_\_\_\_. Epígrafe. In: SINGER, André [et. al]. JINKINGS, Ivana; KIM, Doria; CLETO, Murilo (orgs.). *Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise*. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 7.

BADARÓ, Marcelo. Junho e nós: das jornadas de 2013 ao quadro atual. *Blog Junho*, 2015. Disponível em: <http://blogjunho.com.br/junho-e-nos-das-jornadas-de-2013-ao->

<sup>32</sup> Disponível em: [http://pmdb.org.br/wp-content/uploads/2015/10/RELEASE-TEMER\\_A4-28.10.15-Online.pdf](http://pmdb.org.br/wp-content/uploads/2015/10/RELEASE-TEMER_A4-28.10.15-Online.pdf) . Acesso em: nov. 2016

<sup>33</sup> Disponível em:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2088351> . Acesso em: nov. 2016.

<sup>34</sup> *Le Monde Diplomatique Brasil*, ano 10, número 112, novembro 2016.

[quadro-atual/](#) . Acesso em: jan. 2017.

BAVA, Silvio Caccia. O Brasil será o Paraná?. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*, ano 10, número 112, novembro 2016. p. 3.

BOULOS, Guilherme. A onda conservadora. In: DEMIER, Felipe; HOEVELER, Rejane (orgs.). *A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 2016a. p. 29-31.

\_\_\_\_; GUIMARÃES, Vítor. Resistir ao golpe, reinventar os caminhos da esquerda. In: SINGER, André [et. al]. JINKINGS, Ivana; KIM, Doria; CLETO, Murilo (orgs.). *Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise*. São Paulo: Boitempo, 2016b. p. 139-144.

BRAGA, Ruy. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo: USP, 2012.

\_\_\_\_. Os sentidos de Junho. Blog da Boitempo, 2015. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2015/07/06/os-sentidos-de-junho/> . Acesso em: jan. 2016.

\_\_\_\_. A era da pilhagem. In: DEMIER, Felipe; HOEVELER, Rejane (orgs.). *A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 2016. p. 47-50.

COELHO, Eurelino. *Uma esquerda para o capital: crise do marxismo e mudanças nos projetos políticos dos grupos dirigentes do PT (1979-1998)*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 2005.

COUTINHO, Carlos Nelson. Notas sobre cidadania e modernidade. In: *Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo*. São Paulo: Cortez, 2000.

\_\_\_\_. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

COUTINHO, Carlos Nelson. A hegemonia da pequena política. In: Braga, Ruy; Oliveira, Francisco de; Rizek, Cibele (orgs.). *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 29-43.

\_\_\_\_. De Rousseau a Gramsci: ensaios de teoria política. São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_. *De Rousseau a Gramsci: ensaios de teoria política*. São Paulo: Boitempo, 2011.

DEMIER, Felipe; HOEVELER, Rejane (orgs.). *A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

\_\_\_\_\_. A revolta a favor da ordem: a ofensiva da oposição de direita. In: DEMIER, Felipe; HOEVELER, Rejane (orgs.). *A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 2016. p. 51-56.

GAJANIGO, Paulo. O pacto social e estética em Que horas ela volta?. Blog Junho, 2015. Disponível em: <http://blogjunho.com.br/o-pacto-social-e-estetica-em-que-horas-ela-volta/> . Acesso em: jan. 2017.

\_\_\_\_\_. Junho como enigma, ainda. Blog Junho, 2016. Disponível em: <http://blogjunho.com.br/junho-como-enigma-ainda/> . Acesso em: jan. 2017.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Volume 1: Introdução ao estudo da filosofia.

A filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

\_\_\_\_\_. *Cadernos do cárcere*. Volume 5: O Risorgimento. Notas sobre a história da Itália.

Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

IASI, Mauro. *As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

LÖWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses "Sobre o conceito de história"*. São Paulo: Boitempo, 2005.

\_\_\_\_\_. Da tragédia à farsa: o golpe de 2016 no Brasil. In: SINGER, André [et. al]. JINKINGS, Ivana; KIM, Doria; CLETO, Murilo (orgs.). *Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise*. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 61-67.

MANACORDA, Mario Alighiero. *O princípio educativo em Gramsci: americanismo e conformismo*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008.

MANN, Thomas. *Doutor Fausto*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

MTST. *Por que ocupamos?* São Paulo: Editora Scor Tecci, 2012.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). *A direita para o social e a esquerda para o capital: intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil*. São Paulo: Xamã, 2010.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista / O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

\_\_\_\_\_. Hegemonia às avessas. In: BRAGA, Ruy; OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele (orgs.). Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 21-27.

RANCIÈRE, Jacques. O ódio à democracia. São Paulo: Boitempo, 2014.

SECCO, Lincoln. O problema do PT é ser um partido de governo. Revista Forum, 2014. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/digital/166/lincoln-secco/> . Acesso em: jan. 2017.

SEMERARO, Giovanni. Construir a democracia popular: a fronteira mais avançada da educação. In: TORRES, Artemis; SEMERARO, Giovanni. Sobre saberes, educação e democracia. Cuiabá: UFMT, 2011. p. 57-70.

SINGER, André. Brasil, Junho de 2013. Classes e ideologias cruzadas. Novos Estudos, 97, novembro 2013, p. 23-40.

\_\_\_\_\_; LOUREIRO, Isabel (orgs.). As contradições do lulismo: a que ponto chegamos? São Paulo: Boitempo, 2016a.

\_\_\_\_\_. Por uma frente ampla, democrática e republicana. In: SINGER, André [et. al]. JINKINGS, Ivana; KIM, Doria; CLETO, Murilo (orgs.). Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise. São Paulo: Boitempo, 2016b. p. 151-156.